

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E AS ESTRATÉGIAS DE INDUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR NO BRASIL

Fernanda Ribeiro de Souza

Instituto Federal do Paraná

fernanda.souza@ifpr.edu.br

Resumo:

Neste artigo, abordam-se elementos da configuração do atual debate sobre a educação em tempo integral e o projeto de currículo e, por conseguinte, de escola pública em jornada ampliada que se desenha no Brasil a partir de programas indutores da ampliação do tempo escolar, como o Programa Mais Educação e o Programa Novo Mais Educação. Discutem-se alguns elementos configuradores da proposta pedagógica e curricular que permeia esses programas e apontam-se ainda os processos de reorganização dos tempos, espaços e currículo na escola em tempo integral, a partir das estratégias de indução da jornada escolar ampliada. O estudo, de cunho qualitativo, foi realizado por meio de estudo documental abordando documentos orientadores das propostas do Programa Mais Educação (BRASIL, 2007; 2009; 2010) e do Programa Novo Mais Educação (BRASIL, 2016a; 2016b), além de levantamento bibliográfico acerca da área do currículo e da educação integral e em tempo integral no Brasil. A pesquisa apresenta ainda um breve recorte de um estudo de caso realizado em uma escola pública municipal que oferta os anos iniciais do Ensino Fundamental no município de São João, Paraná. Evidenciou-se que os programas indutores apresentam relevante papel na estruturação do currículo das escolas em tempo integral, visto que, na maioria das redes e instituições, a ampliação da jornada escolar se dá unicamente a partir da adesão às estratégias do estado. Verificou-se que a escola em tempo integral no Brasil tem assumido uma perspectiva de ampliação curricular e do tempo escolar voltada, principalmente e de modo cada vez mais incisivo, para a proteção e assistência social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e para a complementação dos processos de aprendizagem já postos pela base curricular comum, com ênfase nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Tal delineamento traz desafios à construção de uma perspectiva de formação que reconduz a escola ao atendimento de sua função específica, que é a socialização dos conhecimentos e da cultura historicamente elaborados, tomando como pano de fundo conceitos como a omnilateralidade, a formação integral e a emancipação.

Palavras-chave: Educação em tempo integral, Currículo, Tempo escolar.

Introdução

Neste artigo, abordam-se elementos da configuração do atual debate sobre a educação em tempo integral e o projeto de currículo e, por conseguinte, de escola pública em jornada ampliada que se desenha no Brasil a partir de programas indutores da ampliação do tempo escolar, como o Programa Mais Educação e o Programa Novo Mais Educação.

Discutem-se alguns elementos configuradores da proposta pedagógica e curricular que permeia estes programas e apontam-se ainda os processos de reorganização dos tempos, espaços e



currículo na escola em tempo integral, a partir das estratégias de indução da jornada escolar ampliada.

O estudo, de cunho qualitativo, foi realizado por meio de estudo documental abordando alguns dos documentos orientadores das propostas do Programa Mais Educação (BRASIL, 2007; 2009; 2010) e do Programa Novo Mais Educação (BRASIL, 2016a; 2016b), além do levantamento bibliográfico acerca da área do currículo e da educação integral e em tempo integral no Brasil. A pesquisa apresenta um breve recorte de um estudo de caso realizado em uma escola pública municipal que oferta os anos iniciais do Ensino Fundamental no município de São João, Paraná.

As análises foram realizadas a partir de uma perspectiva de formação que reconduz a escola ao atendimento de sua função específica, que é a socialização dos conhecimentos historicamente elaborados, tomando como pano de fundo conceitos como a omnilateralidade¹, a formação integral e a emancipação.

As estratégias de indução da educação em tempo integral no país: O Programa Mais Educação e o Programa Novo Mais Educação

A educação em tempo integral tem sido alvo de debates e ações no sentido da construção de uma política para a escola pública em jornada ampliada no Brasil. A retomada do debate sobre a educação integral e a escola de tempo integral ocorreu no país de modo mais concreto e intenso em 2002, de acordo com Cavaliere (2007), diante das funções cada vez mais amplas que a escola vem assumindo na sociedade, com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a transformação das estruturas familiares e o anseio por instituições que auxiliem não só na educação como no atendimento e formação das crianças e adolescentes, demandas anteriormente assumidas no âmbito doméstico (COELHO; CAVALIERE, 2002).

Somam-se a isso as determinações presentes em marcos legais como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394/1996 (BRASIL, 1996), e, especialmente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n° 9.089/1990 (BRASIL, 1990), que trazem em seu bojo a compreensão do papel da educação como elemento fundamental para o desenvolvimento pleno do ser humano e o conceito de proteção integral; além do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), que apresentou como meta ampliar, progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral, compreendendo um período de pelo menos sete horas diárias de atendimento escolar.

¹ De acordo com Manacorda (1991), a omnilateralidade é a conquista do desenvolvimento total, completo, multilateral, de todos os sentidos e faculdades humanas, por meio da apropriação pelo homem da totalidade das forças produtivas.

Fruto deste processo histórico de elaboração legal e das demandas que se colocam ao desenvolvimento social, à garantia dos direitos básicos a população e à melhoria da qualidade da educação pública, foi criado, em 2007 o Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Normativa Interministerial nº 17/2007 (BRASIL, 2007). O Programa configurou-se como uma estratégia do Governo Federal visando à indução da ampliação da jornada escolar para o regime de tempo integral nas escolas públicas brasileiras.

Caracterizava-se enquanto uma estratégia intersetorial e interministerial, que compartilhava a responsabilidade sobre a oferta da educação em tempo integral com diversos ministérios e setores do estado e sociedade (BRASIL, 2009)

Chegou a atender, de 2007 à 2015, quase 60 mil escolas², direcionando financiamento para a compra de materiais, pagamento de monitores e serviços para a implementação de atividades diversificadas em jornada ampliada.

O Programa fundamentava-se em uma concepção de educação em tempo integral pautada no binômio formação integral e proteção social, apresentando, dentre as suas finalidades expressas na Portaria Interministerial 17/2007 (BRASIL, 2007): a promoção da melhoria da aprendizagem e contribuição para a redução da evasão, reprovação e distorção idade/série; a abertura da escola a novos espaços educativos com a integração da comunidade; o fortalecimento do atendimento especializado às crianças, adolescentes e jovens com necessidades educacionais especiais; a prevenção e combate ao trabalho infantil, à exploração sexual e outras formas de violência contra as crianças e adolescentes; a ampliação da participação na vida escolar e social; bem como o acesso a serviços assistenciais, de modo a garantir a proteção dos direitos básicos de crianças e adolescentes.

No que se refere à formação integral, a Portaria apresentava, dentre as suas finalidades, uma proposta de formação ampliada visando à oferta de atividades diversificadas, nos itens V e VI do Artigo 2º:

V - promover a formação da sensibilidade, da percepção e da expressão de crianças, adolescentes e jovens nas linguagens artísticas, literárias e estéticas, aproximando o ambiente educacional da diversidade cultural brasileira, estimulando a sensorialidade, a leitura e a criatividade em torno das atividades escolares;

VI - estimular crianças, adolescentes e jovens a manter uma interação efetiva em torno de práticas esportivas educacionais e de lazer, direcionadas ao processo de desenvolvimento humano, da cidadania e da solidariedade (BRASIL, 2007).

Apesar da ênfase na proteção social e assistência das crianças e adolescentes, a proposta do Programa pretendia a superação da dicotomia entre as aulas acadêmicas e as atividades

² O País conta com 186,1 mil escolas de educação básica, sendo 78,5% pertencentes à rede pública.

complementares, por meio da defesa da integração das atividades no projeto político-pedagógico das instituições, visando ações coletivas e convergentes à formação integral, para que a escola não reduzisse a ampliação do tempo ao atendimento assistencial às crianças das classes populares ou à oferta do “mais de mesmo³” (LECLERC, 2012).

A proposta de ampliação do tempo escolar do Programa Mais Educação pressupôs o alargamento das oportunidades de aprendizagem dos estudantes das escolas públicas, com a complementação de atividades diversificadas no currículo escolar, que são elencadas no 2º parágrafo do Artigo 1º do Decreto nº. 7.083 de 27 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o Programa Mais Educação,

A jornada escolar diária será ampliada com o desenvolvimento das atividades de acompanhamento pedagógico, experimentação e investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outras atividades (BRASIL, 2010).

A proposta de ampliação do currículo a partir do Programa Mais Educação contemplava a oferta de atividades diversas voltadas à formação artística, física, cultural, social, organizadas em macrocampos, com vistas à ampliação das possibilidades educativas na escola de tempo integral.

Segundo Leclerc (2012, p. 313), “tratam-se de linguagens, vivências e conhecimentos, agrupados por familiaridade, que são financiadas segundo os materiais necessários para o seu desenvolvimento (custeio e capital) e destinação de valores para o ressarcimento dos voluntários”.

Neste sentido, novos conteúdos foram adicionados ao tempo escolar ampliado, com ênfase em temas como sustentabilidade ambiental, promoção da saúde, direitos humanos, respeito e valorização das diferenças, de modo articulado ao projeto político-pedagógico da escola.

Em 2016, o projeto de governo em curso no Brasil é substituído, com a cassação do mandato de Dilma Rousseff e a presidência assumida por Michel Temer, dando novos rumos aos programas e políticas de governo, especialmente na área da educação.

No mesmo ano, o Programa Mais Educação passa a se chamar Programa Novo Mais Educação, instituído pela Portaria MEC nº 1.144, de 10 de outubro de 2016 (BRASIL, 2016a), e tem seu alcance reduzido para 20 mil escolas, atendendo apenas unidades prioritárias, a partir de critérios que priorizam escolas com índice socioeconômico baixo ou muito baixo e com

³ Leclerc (2012) utiliza o termo “mais do mesmo” para criticar propostas de educação em jornada ampliada que reproduzem, no tempo acrescentado ao currículo escolar os mesmos conteúdos e práticas já cristalizados no tempo regular.

desempenho no IDEB⁴ inferior à média nacional das escolas públicas, demonstrando uma estreita relação com políticas assistencialistas e voltadas para a melhoria da aprendizagem em áreas específicas, cobradas nas avaliações de larga escala aplicadas no país.

De acordo com o documento orientador do Programa Novo Mais Educação (BRASIL, 2016b), configura-se como uma estratégia do governo federal que objetiva melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária em cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar.

O Programa tem sido implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática e do desenvolvimento de atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer, impulsionando a melhoria do desempenho educacional.

Percebe-se, portanto, que a estratégia de ampliação do tempo escolar no país sofre um retrocesso, tanto no sentido quantitativo quanto qualitativo, ao restringir a adesão das instituições escolares ao Programa, e ao propor um currículo direcionado para a melhoria do processo de alfabetização, letramento e numeramento dos estudantes, por meio da ampliação do tempo escolar direcionado ao desenvolvimento de atividades de Acompanhamento Pedagógico de Língua Portuguesa e Matemática.

Tal perspectiva fica clara no documento orientador do Programa Novo Mais Educação, ao propor que o mesmo “possibilita a ampliação de tempos e espaços escolares, além de oportunidades educacionais uma vez que investe no acompanhamento pedagógico de crianças e adolescentes, visando à erradicação do fracasso escolar”.

Dentre as finalidades destacados pelo documento estão contribuir para :

A alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em Língua Portuguesa e Matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico; Redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar; Melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais; Ampliação do período de permanência dos alunos na escola (BRASIL, 2016b, p. 03).

Essa compreensão influencia diretamente na organização do currículo e na distribuição do tempo nas escolas em tempo integral, de acordo com as finalidades do Programa, voltadas para a

⁴ IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É um indicador da qualidade da educação brasileira calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho em exames aplicados pelo Inep, que priorizam conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática.

complementação do currículo regular, de modo específico com os componentes de Língua Portuguesa e Matemática, secundarizando atividades relacionadas ao esporte, cultura e artes.

O Programa Novo Mais Educação permite que as escolas vinculadas ampliem o tempo escolar para cinco ou quinze horas de atividades complementares, numa nítida tentativa de diminuir o orçamento destinado ao Programa e à indução da jornada ampliada.

As escolas que ofertarem 5 (cinco) horas de atividades complementares por semana realizarão 2 (duas) atividades de Acompanhamento Pedagógico, sendo 1 (uma) de Língua Portuguesa e 1 (uma) de Matemática, com 2 (duas) horas e meia de duração cada. As escolas que ofertarem 15 (quinze) horas de atividades complementares por semana realizarão 2 (duas) atividades de Acompanhamento Pedagógico, sendo 1 (uma) de Língua Portuguesa e 1 (uma) de Matemática, com 4 (quatro) horas de duração cada, e outras 3 (três) atividades de escolha da escola dentre aquelas disponibilizadas no sistema PDDE Interativo, a serem realizadas nas 7 (sete) horas restantes (BRASIL, 2016b, p. 06).

O Programa Novo Mais Educação possibilita, portanto, que a ampliação do tempo seja parcial, descumprindo o entendimento proposto pelo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), que prevê que a oferta de educação básica pública em tempo integral deve ser ampliada para no mínimo sete horas diárias de atendimento durante todo o ano letivo.

Embora o Programa Mais Educação e o Programa Novo Mais Educação não apresentem uma proposta curricular explícita, os direcionamentos apresentados para as escolas vinculadas funcionam como um currículo prescrito e viabilizado, que adquire materialidade nas instituições escolares de tempo integral, marcando o processo de construção progressiva desse tipo de oferta no país.

Neste sentido, apresentamos uma análise da organização curricular de uma escola em tempo integral vinculada ao Programa Mais Educação e ao Programa Novo Mais Educação, buscando desvelar as nuances da organização dos tempos, espaços e do currículo no âmbito escolar a partir das estratégias indutoras propostas pelo Estado.

A organização do currículo nas escolas em tempo integral

Em pesquisa⁵ realizada em 2015, evidenciou-se que prevalece a configuração fragmentada da organização do currículo das escolas em tempo integral que aderiram o Programa Mais Educação, embora o mesmo orientasse que as escolas deveriam, progressivamente, ressignificar

⁵ A autora realizou uma pesquisa em nível de mestrado no âmbito do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGEFB) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, estudando a organização do currículo de escolas em tempo integral em uma rede municipal de educação que oferta os anos iniciais do Ensino Fundamental em jornada ampliada.



seus currículos, rompendo com a separação entre as disciplinas da base curricular regular e as atividades diversificadas acrescentadas à matriz curricular.

Na rede de educação pesquisada⁶ o currículo se mantém organizado a partir de uma matriz disciplinar, à qual são adicionadas as atividades complementares, nas áreas artística, cultural, esportiva e acadêmica. Conserva-se o paralelismo com as atividades e disciplinas pertencentes à base nacional comum (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Arte, Língua Estrangeira Moderna – Inglês, Educação Física) e as atividades diversificadas no contraturno.

Podemos observar no quadro abaixo a matriz curricular de uma das escolas da rede⁷ no ano de 2015, quando a escola estava vinculada ao Programa Mais Educação:

Quadro 1: Matriz curricular de escola em tempo integral vinculada ao Programa Mais Educação em 2015							
BASE NACIONAL COMUM	DISCIPLINAS	ANOS					
		Pré	1°	2°	3°	4°	5°
BASE NACIONAL COMUM	Arte	1	1	1	1	1	1
	Ciências	1	1	1	1	1	1
	Educação Física	2	2	2	2	2	2
	Geografia	1	1	1	1	1	1
	História	1	1	1	1	1	1
	Língua Portuguesa	5	5	7	7	7	7
	Matemática	6	6	6	6	6	6
	Subtotal	17	17	19	19	19	19
PARTE DIVERSIFICADA	L.E.M. – Inglês	1	1	1	1	1	1
	Contação de História	2	2	-	-	-	-
	Subtotal	3	3	1	1	1	1
COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES	Arte	-	1	1	1	1	1
	Campos do Conhecimento: Língua Portuguesa	-	3	3	3	3	3
	Campos do Conhecimento: Matemática	-	2	2	2	2	2
	Conto	-	1	1	1	1	1
	Ciclismo	-	1	1	1	1	1
	Dança	-	2	2	2	2	2
	Esporte	-	1	1	1	1	1
	Recreação	-	1	1	1	1	1
	Taekwondo	-	2	2	2	2	2
	Teatro	-	2	2	2	2	2
	Subtotal	-	16	16	16	16	16

⁶ A rede municipal de educação de São João, município localizado na região sudoeste do Estado do Paraná, Brasil, na qual foi realizada a pesquisa de mestrado, contava em 2015, com dois centros de Educação Infantil e seis escolas que ofertam turmas de Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com um total de 1.067 (um mil e sessenta e sete) crianças matriculadas, sendo 465 (quatrocentas e sessenta e cinco) matrículas na Educação Infantil e 602 (seiscentas e duas) nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no ano letivo de 2015.

⁷ Na pesquisa de Mestrado, a autora optou por analisar o currículo praticado de modo mais profundo em uma das escolas, que ofertava a educação em tempo integral para os anos iniciais do Ensino Fundamental (1° ao 5° ano) desde 2012 na rede.

	Total Geral	20	36	36	36	36	36
--	-------------	----	----	----	----	----	----

Fonte: Elaborado pela autora.

No ano de 2015 eram ofertadas as seguintes atividades: Taekwondo; Esporte; Ciclismo; Recreação; Arte; Campos do Conhecimento - Língua Portuguesa; Campos do Conhecimento – Matemática; Conto, Teatro e Dança.

Em 2017, a mesma escola permanece ofertando a educação em tempo integral, vinculada ao Novo Programa Mais Educação, organizando sua matriz curricular conforme o Quadro 2:

Quadro 2: Matriz curricular de escola em tempo integral vinculada ao Programa Novo Mais Educação em 2017							
BASE NACIONAL COMUM	DISCIPLINAS	ANOS					
		Pré	1°	2°	3°	4°	5°
	Arte	1	1	1	1	1	1
	Ciências	1	1	1	1	1	1
	Educação Física	2	2	2	2	2	2
	Geografia	1	1	1	1	1	1
	História	1	1	1	1	1	1
	Língua Portuguesa	5	7	7	7	7	7
	Matemática	6	6	6	6	6	6
	Subtotal	17	19	19	19	19	19
PARTE DIVERSIFICADA	L.E.M. – Inglês	1	1	1	1	1	1
	Contação de História	2	-	-	-	-	-
	Subtotal	3	3	1	1	1	1
COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES	Artesanato	-	1	1	1	1	1
	Acompanhamento Pedagógico: Língua Portuguesa	-	4	4	4	4	4
	Acompanhamento Pedagógico: Matemática	-	4	4	4	4	4
	L. E. M. - Inglês	-	1	1	1	1	1
	Dança	-	1	1	1	1	1
	Esporte	-	1	1	1	1	1
	Recreação	-	1	1	1	1	1
	Taekwondo	-	2	2	2	2	2
	Teatro/Circo		1	1	1	1	1
Subtotal			16	16	16	16	
	Total Geral	20	36	36	36	36	36

Fonte: Elaborado pela autora.

A escola aderiu o Programa Novo Mais Educação com a oferta de quinze horas de atividades complementares semanais, sendo elas: Taekwondo; Teatro/circo; Artesanato e Acompanhamento Pedagógico de Língua Portuguesa e Matemática. As atividades de Esporte, Dança, Recreação, Língua Estrangeira Moderna – Inglês são custeadas pela Prefeitura Municipal de São João, mantenedora da escola, visando complementar o currículo delineado pelo Programa Novo

Mais Educação com atividades culturais, científicas e recreativas, totalizando vinte horas de atividades complementares.

Esta particularidade é, entretanto, exceção nos casos de ampliação de jornada escolar no país, visto que, é comum que as escolas ampliem seu tempo e currículo escolar com base apenas nas atividades e orientações propostas pelos Programas indutores.

Isso posto, ressalta-se a característica fundamental que permeia a ampliação da jornada escolar no país a partir das estratégias indutoras postas pelo Estado: a predominância da separação entre turno regular e contraturno, com menores esforços para romper com esta dicotomia no Programa Novo Mais Educação; a prevalência de atividades relacionadas ao Macrocampo Acompanhamento Pedagógico (chamadas de Campos do Conhecimento no Programa Mais Educação), com enfoque no trabalho de conteúdos referentes a disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática na jornada ampliada, com carga horária ainda mais proeminente na estratégia proposta pelo Programa Novo Mais Educação⁸

A preponderância de tais disciplinas no currículo da escola associa-se à compreensão de seu papel na consolidação do processo de alfabetização, letramento e numeramento dos estudantes. Tal orientação se relaciona intimamente às políticas nacionais, sobretudo de avaliação da educação, que privilegiam a verificação de competências e habilidades nessas áreas.

De acordo com Sacristán e Gómez (2007), este processo de hierarquização dos conhecimentos se expressa pela quantidade de tempo que as áreas privilegiadas ocupam no currículo prescrito, pelos investimentos que recebem e por formas de controle instituídas por meio de avaliações, que, ao abordar áreas do conhecimento, como a interpretação de textos, a alfabetização matemática, acaba por convertê-las como principal foco de atenção.

Com relação às avaliações externas, no decorrer do ano letivo são aplicadas avaliações em âmbito municipal, em todas as turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando conteúdos referentes às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

As escolas da rede também são avaliadas pela Prova ANA⁹ e pela Prova Brasil¹⁰, aplicadas a nível nacional. O Programa Novo Mais Educação introduziu ainda uma outra avaliação que tem por

⁸ Com a oferta de um total de cinco horas semanais de acompanhamento pedagógico de Língua Portuguesa e Matemática por turma em 2015, ampliadas para oito horas semanais por turma em 2017.

⁹ Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) está direcionada para unidades escolares e estudantes matriculados no 3º ano do ensino fundamental, fase final do Ciclo de Alfabetização, e insere-se no contexto de atenção voltada à alfabetização prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic). O Pnaic foi instituído pela Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, e constitui um compromisso formal assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até a conclusão do Ciclo de Alfabetização.

objetivo produzir informações sobre a execução das atividades do programa e a aprendizagem dos estudantes em todas as redes e escolas participantes e produzir diagnósticos acerca do desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes ao longo da execução do Programa, fornecendo subsídios para o planejamento pedagógico das escolas.

As avaliações inseridas pelo Programa Novo Mais Educação também abordam conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática e são aplicadas pela equipe pedagógica da escola e lançadas em um sistema próprio do Programa.

Assim, reitera-se o papel das avaliações externas no controle e configuração das práticas curriculares, que influenciam a organização das atividades, dos conteúdos do currículo da escola em tempo integral, tanto no período regular, quanto no chamado contraturno, em que na maioria das escolas são desenvolvidas as atividades complementares.

A presença desses mecanismos de avaliação e controle no trabalho pedagógico evidencia a lógica neoliberal de deslocar as atenções do processo de ensino/aprendizagem dos docentes para os resultados, sem maiores investimentos em meios para a melhoria da qualidade, especialmente no que se refere à formação continuada de professores, entretanto, com ênfase na eficiência do processo.

Considerações finais

Tendo em vista que o currículo expressa uma seleção, permeada por interesses, valores conflitos e contradições, buscamos apresentar neste artigo uma análise sobre os conhecimentos que o tempo ampliado tem possibilitado na configuração curricular da escola em tempo integral.

Ao ampliar seu currículo, a escola em tempo integral amplia também os conhecimentos que nela circulam, são socializados e reelaborados. A seleção de conhecimentos para compor o currículo é, neste sentido, importante objeto de análise para evidenciar e refletir sobre a finalidade do projeto formativo que se materializa.

Assim, o processo de reorganização do currículo da escola em tempo integral traz um importante desafio às equipes gestoras, sobretudo com relação à seleção das atividades e conhecimentos que irão compor esse tempo ampliado.

Este não é um processo simples, homogêneo e neutro. Verificou-se que os programas indutores apresentam relevante papel na estruturação deste currículo, visto que, na maioria das

¹⁰ Também conhecida como Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, foi criada em 2005 pelo Ministério da Educação. É uma avaliação complementar ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e um dos componentes para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

redes e instituições, a ampliação da jornada escolar se dá unicamente a partir da adesão às estratégias do estado.

Assim, a escola em tempo integral no Brasil assume uma perspectiva de ampliação curricular e do tempo escolar voltada, principalmente e de modo cada vez mais incisivo, para a proteção e assistência social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e para a complementação dos processos de aprendizagem já postos pela base curricular comum, com ênfase nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Entretanto, uma perspectiva de formação integral e em tempo integral requer um currículo e uma organização do tempo escolar que amplie as possibilidades de construção de um repertório cultural, físico, artístico e científico, para além da formação de habilidades e competências básicas e rudimentares, necessárias à mínima adequação das crianças e jovens à sociedade e às suas bases produtivas.

Saviani (2003), ao compreender o ser humano enquanto ser social, que se diferencia dos demais seres por sua capacidade de atuar sobre a realidade natural, de modo intencional e guiado por finalidades, também compreende que a função da educação é possibilitar que o indivíduo se humanize, através da apropriação dos elementos sociais e culturais historicamente produzidos por meio do trabalho.

Portanto, defende-se a ampliação da jornada escolar na perspectiva da formação integral, que pressupõe, numa perspectiva crítica, a formação omnilateral do ser humano, que compreende a reintegração das dimensões fragmentadas na separação entre teoria e prática, trabalho manual e trabalho intelectual e a compreensão da totalidade social, econômica e cultural historicamente produzida e em que se insere (MANACORDA, 1991).

Tal perspectiva contrapõe-se, portanto, a uma formação minimalista, unilateral, fragmentada, direcionada para o trabalho e para a mera construção de competências de leitura, interpretação e resolução de operações matemáticas básicas, às quais, evidencia-se que a escola em tempo integral no país tem se reduzido.

A educação em tempo integral voltada para uma formação integral precisa possibilitar o desenvolvimento completo das possibilidades humanas. Assim, ressalta-se que a ampliação do currículo da escola na perspectiva de uma concepção de formação integral exige elementos para a formação completa do ser humano, não apenas no aspecto cognitivo, mas também no aspecto estético, ético, moral, afetivo, físico, o que envolve a retomada dos conhecimentos e elementos

culturais clássicos produzidos historicamente nas mais diversas áreas como a Arte, a música, a dança, o esporte.

Assumindo esta compreensão, a escola pública em tempo integral avoca seu potencial de construção de um currículo baseado nos elementos culturais necessários a uma formação com bases sólidas e à emancipação das classes populares.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.
- _____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990.
- _____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.
- _____. Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2001.
- _____. Portaria Normativa Interministerial n. 17, de 20 de abril de 2007. **Institui o Programa Mais Educação**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2007.
- _____. Ministério da Educação. **Educação Integral: texto referência para o debate nacional**. Brasília, DF: MEC, 2009. (Série Mais Educação).
- _____. Decreto nº 7.083, de 27 de Janeiro de 2010, dispõe sobre o Programa Mais Educação, **Diário Oficial da União**. Brasília, D.F, 2010.
- _____. Lei n, 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2014.
- _____. Ministério da Educação. Portaria n. 1.144, de 10 de outubro de 2016. **Institui o Programa Novo Mais Educação**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2016a.
- _____. Ministério da Educação. **Programa Novo Mais Educação: documento orientador**. Brasília, DF: MEC, 2016b.
- CAVALIERE, A. M. V.. Tempos de Escola e Qualidade na Educação Pública. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial p. 1015-1035, out. 2007.
- COELHO, L. M.; CAVALIERE, A. M. V. (Orgs). **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 43-59.
- LECLERC, G. Programa Mais Educação e práticas de Educação Integral. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 307-318.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.
- SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ A. L. P. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. São Paulo: Artmed, 1998. Reimpressão 2007. 400 p.
- SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8ª ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003.